

Os Invisíveis Portadores de Futuro

The Invisible Bearers of the Future

Los Invisibles Portadores de Futuro

O artigo é uma contribuição de dois projetos de pesquisa apoiados pelo CNPQ (PQ-CNPQ 309560/2015-2 e Universal 430801/2016-2) coordenados pela professora doutora Ana Cláudia Duarte Cardoso.

*Ana Cláudia Duarte Cardoso. PhD em Arquitetura pela Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, PA, Brasil. Arquiteta e urbanista.
E-mail: aclaudiacardoso@gmail.com*

*Letícia Ribeiro Vicente. Graduada em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, Pará, Brasil. Bolsista Pibic/CNPq.
E-mail: leticiavicente26@gmail*

*Rafaela Carolina Bulhões de Oliveira. Graduada em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, Pará, Brasil. Bolsista Pibic/CNPq.
E-mail: rafaelabulhoes.oli@gmail.com*

Resumo

Este texto analisa a formação socioespacial do urbano híbrido amazônico e apresenta casos de ocupação informal, com matriz tradicional, localizados na região metropolitana de Belém (PA), com o propósito de ampliar a compreensão do papel das comunidades tradicionais inseridas em contexto urbano e periurbano, que ocorrem em todo o país, mas são mais visíveis na Amazônia. A partir dos casos, conclui-se que atributos dessas comunidades podem fortalecer uma agenda global de construção de políticas públicas mais inclusivas e plurais seguindo as propostas da Agenda 2030 (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2015).

Palavras-chave: Justiça socioambiental; Cidades na Amazônia; Populações tradicionais; Recursos naturais.

Abstract

This text analyzes the socio-spatial formation of Amazonian hybrid urban, and presents cases of informal occupation, with a traditional matrix, located in the Metropolitan area of Belém (PA), with the purpose of broadening the understanding on the role of traditional communities inserted in urban and periurban contexts, which occurs throughout the country, but are more visible in the Amazon. Cases studies show that the attributes of these communities can strengthen a global agenda of constructing more inclusive and plural public policies, following the proposals of Agenda 2030 (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES

UNIDAS, 2015).

Keywords: Socio-environmental justice; Cities in the Amazon; Traditional communities; Natural resources.

Resumen

Este texto analiza la formación socioespacial del urbano híbrido amazónico y presenta casos de ocupación informal, con matriz tradicional ubicados en Región Metropolitana de Belém (PA), con el propósito de ampliar la comprensión del papel de las comunidades tradicionales insertadas en contexto urbano y periurbano, que ocurre en todo el país, pero son más visibles en la Amazonia. A partir de los casos, se concluye que atributos de esas comunidades pueden fortalecer una agenda global de construcción de políticas públicas más inclusivas y plurales siguiendo las propuestas de la Agenda 2030 (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2015).

Palabras clave: Justicia socioambiental; Ciudades en la Amazonia; Poblaciones tradicionales; Recursos naturales.

INTRODUÇÃO

A discussão sobre o futuro ideal desejável nas cidades brasileiras tem sido pautada pelos processos que incomodam: congestionamento, carências de habitação, falta de saneamento, condições do controle da terra urbanizada, convergindo para a polarização entre a cidade formal e a cidade informal. Urbanistas e gestores públicos brasileiros apostaram na estruturação de políticas e de estratégias claras de regulação como forma de superação das injustiças sociais criadas pela lógica de mercado, após uma longa alternância de períodos autoritários e democráticos (VILLAÇA, 1997). Mas, na segunda década do século XXI, percebe-se que essa estratégia foi claramente pautada pelos contextos inseridos no mercado, com predominância de economia formal e pleno emprego, e onde a propriedade privada da terra estava estabelecida, o que a torna insuficiente e inadequada para o contexto amazônico (CASTRO *et al.*, 2018).

Nessa perspectiva, o movimento pela reforma urbana conquistou a promulgação do Estatuto da Cidade (BRASIL, 2001); deu suporte para a criação do Ministério das Cidades, que, entre outras realizações, promoveu uma campanha de elaboração de Planos Diretores Municipais Participativos (BRASIL, 2004), estratégias de participação popular por meio das Conferências e Conselhos das Cidades (BRASIL, 2006); e instituiu marcos regulatórios importantes, como o do Saneamento (BRASIL, 2007a) e da Mobilidade (BRASIL, 2012), e ações importantes referentes ao avanço da regularização fundiária (BRASIL, 2009), que viabilizou a transferência do patrimônio federal para municípios da Amazônia, e mais recentemente a nova legislação de regularização fundiária para assentamentos urbanos e rurais (BRASIL, 2017).

Infelizmente, esse aparato não foi suficiente para o enfrentamento de passivos históricos ou para um direcionamento socioambientalmente justo da urbanização em curso em cidades amazônicas, já que grande parcela da população foi mantida no que Acselrad (2009) chamou de zonas de sacrifício, conforme comprovam os estudos comissionados sobre assentamentos precários a partir da década de 2000, que revelaram um patamar de informalidade acima de 50% em Belém, e o mais alto índice de população vivendo em áreas alagadas do país concentrado na Região Norte (MARQUES *et al.*, 2007). Também não foi possível considerar os entrelaçamentos entre as condições de vida urbana e rural observados em áreas periurbanas, o que é devido em grande parte à falta de conhecimento sobre a formação social e econômica diferenciada da região (BONILHA, 2011).

Este texto analisa casos de ocupação informal com matriz tradicional localizados na região metropolitana de Belém (PA), com o propósito de ampliar a compreensão do papel das comunidades tradicionais inseridas em contexto urbano e periurbano, que ocorre em todo o país, mas que é mais visível na Amazônia, e destacar seu potencial de contribuição para a realização de uma agenda global de construção de políticas públicas mais inclusivas e plurais seguindo as propostas da Agenda 2030 (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2015), considerando o contexto urbano cada vez mais extensivo (MONTE-MÓR, 2015).

Partiu-se da formação socioespacial da região para circunstanciar comunidades que praticam usos tradicionais, ligados ao manejo de recursos naturais, dentro do território da região metropolitana de Belém (RMB), e que tendem a ser associadas a níveis de precariedade pelas leituras oficiais. O cotejamento das metas da Agenda 2030 com o cotidiano dessas comunidades procurou expor a encruzilhada colocada ao país hoje: tratar tais comunidades a partir do ponto de vista das determinações do mercado e transformar suas populações em excluídos ou reconhecer seus potenciais e potencializar suas condições de produção por meio do compartilhamento de recursos, valorizando suas práticas de reciprocidade e solidariedade (POLANYI, 2000) alinhadas ao debate em curso em países pós-industriais, os quais tratam cada vez da esfera do comum (DARDOT; LAVAL, 2017).

A FORMAÇÃO DO URBANO HÍBRIDO AMAZÔNICO

Desde períodos pré-colombianos, a Amazônia possui comunidades profundamente integradas com a natureza. Souza *et al.* (2018) apontam estudos arqueológicos recentes na Amazônia que revelam achados de civilizações pré-colombianas interligadas com organizações urbanas complexas, desenvolvimento de sistemas de aproveitamento e distribuição de água e manejo da floresta. Durante a colonização portuguesa, o potencial da floresta provocou mudanças de planos significativas, como a substituição da proposta de implantação de monoculturas pela prática do extrativismo de coleta na região, mudança de curso viabilizada pela apropriação do conhecimento indígena. Aldeamentos religiosos e fortes militares permitiram o controle do território e de seus recursos humanos (índios) e naturais (drogas do sertão) e definiram a localização das cidades importantes, a exemplo de Belém, na foz da bacia amazônica, e de Manaus, na foz do rio Negro (BECKER, 2013; CORRÊA, 1987; GONÇALVES, 2005).

Desde essa época, a região foi posicionada na divisão internacional do trabalho como área de exploração de recursos naturais (COSTA, 2012), posição mantida durante o período de colonização brasileira, iniciado com a implantação das rodovias federais e do financiamento público às empresas pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – Sudam (BRASIL, 1971, 1974), ainda que segundo uma ótica diferente, pois o interesse mudou da exploração anterior de drogas do sertão – temperos, óleos, folhas, frutos e raízes – para a exploração de madeira, minério e hidroeletricidade.

No primeiro tipo, o extrativismo de coleta, a produção nativa alternou ciclos de produção para exportação e subsistência, e sempre garantiu o abastecimento de vilas e cidades próximas. Esse padrão foi identificado por Gonçalves (2005) como sistema rio-várzea-floresta e por Loureiro (2014) como um sistema rio-mata-roça-quintal. Caracterizava-se pela distribuição secular de assentamentos humanos nas margens de rios e igarapés, em pequenos agrupamentos ou em cidades. Os agrupamentos de poucas casas isoladas eram (são) ligados ao rio ou entre si por trapiches de madeira, viabilizando um portfólio de estratégias produtivas que dependia do rio (para pesca, obtenção de água, locomoção), do quintal (coleta de frutos, plantação de ervas medicinais, criação de animais), da roça (plantação de alimentos) e da mata (extrativismo, caça).

Após 1950, o Estado brasileiro instituiu o segundo tipo de extrativismo, o de aniquilação (COSTA, 2012), que converteu rios, florestas e a terra, de modo geral em mercadoria com potencial de lucro definido pela implantação de “grandes projetos” ligados à geração de energia, à mineração e às políticas colonizadoras. Gonçalves (2005) identificou esse novo padrão de organização do espaço como sistema estrada-terra firme-subsolo, associado à atração de mão de obra para a construção das obras de infraestrutura e à implantação de projetos de colonização ao longo das rodovias. O subsolo passou a servir para extração do minério, o solo para a derrubada da mata e implantação da pecuária, e os rios deveriam ser represados para produção de energia. Essa nova forma de apropriação assumiu o território da Amazônia como frente de expansão do capital, fronteira de exploração de recursos naturais e periferia do país, e modificou a forma de uso e ocupação das terras na Amazônia, antes devolutas (públicas sem uso destinado) e apropriadas pelos extrativistas de coleta (pescador-agricultor-extrator).

A mudança gerou uma superposição de tecnologias e de modos de vida na região, uma vez que a nova lógica de produção agrária extrativista concentrou seus empreendimentos fora das cidades, mas apoiados por uma rede logística e por alojamentos de elevado padrão urbanístico (*company towns*), e redefiniu o valor da terra rural e urbana. As políticas federais implantaram um urbano-industrial na Amazônia que prescindia das cidades existentes, mas as afetava por meio dos fluxos migratórios e pela reestruturação fundiária, alterando radicalmente o que existia até então.

Confirmou-se mais uma vez a condição de fronteira agrária e de exploração de recursos naturais, mas também de periferia do sistema capitalista (BECKER, 2013). O Gráfico 1 mostra como o crescimento da população rural no Pará há três décadas corresponde ao dobro do crescimento da população rural no país. Essa trajetória reflete o padrão de urbanização extensivo da região sobreposto a uma tradição de dispersão da população em pequenos núcleos (vilas, localidades e comunidades) e é complementada pelo crescimento da população urbana em ritmo duas vezes mais intenso do que a média do país desde a década de 1990.

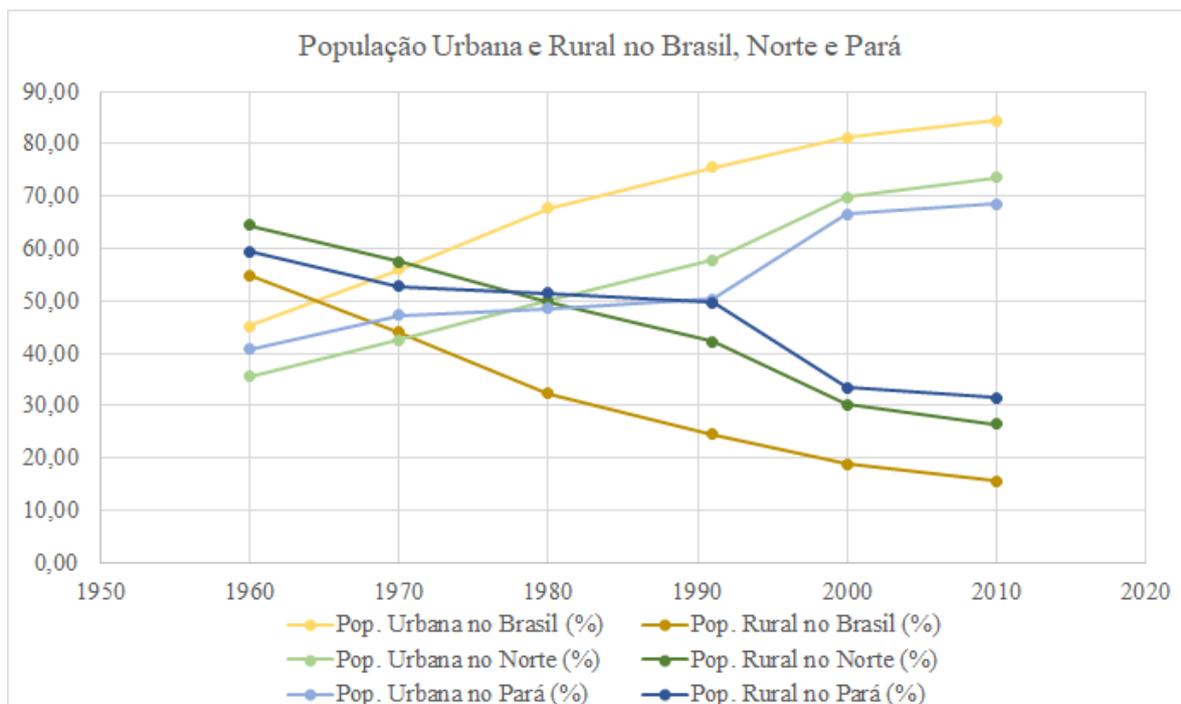


Gráfico 1: Evolução da população urbana, rural e total no Brasil, na Região Norte e no Pará de 1960 a 2010. Fonte: Elaborado pelas autoras. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=8>. Acesso em: 10 nov. 2018.

Havia interesse geopolítico na região como fronteira física, o que justificou a atração de fluxos migratórios para preenchimento de um vazio demográfico, e o interesse econômico de transformá-la em fronteira de expansão do capital por meio da exploração de recursos naturais (LOUREIRO, 2014) e também em área de expansão do mercado interno, para a crescente industrialização do Centro-Sul do Brasil. Assim, os projetos de exploração de recursos naturais somados aos programas de colonização reestruturaram o campo e aumentaram significativamente o número de núcleos urbanos (CANO, 2002; INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2008).

Nesse contexto, as modernizações aconteceram conforme as características já destacadas por Santos (2013) como típicas de áreas subdesenvolvidas: de forma seletiva, abrangendo os territórios estratégicos, e incompleta e aberta, na medida em que ocorreram em ilhas que não se conectavam e deixavam seus interstícios fora do alcance dos novos benefícios (energia, estradas, fibra ótica, provisão de infraestrutura e melhores condições de moradia), criando um urbano extensivo na região (MONTE-MÓR, 2015), em período simultâneo ao fortalecimento do debate nacional sobre políticas urbanas e à estruturação de abordagens nacionais para o financiamento de habitação e saneamento, por exemplo, assumindo as necessidades e as condições de acesso da classe trabalhadora industrial (BONDUKI, 2004; MARICATO, 2001) que se articulavam às cidades de maior porte e aos espaços diferenciados pela modernização tecnológica.

De modo geral, as prioridades estabelecidas para a região foram determinadas pelo mercado, pelas agendas globais e por parâmetros universais, apesar da potência da natureza (rios gigantes, chuvas intensas, vegetação exuberante) e da manutenção de grande parte da população nativa, fora da lógica do mercado. As áreas não completamente convertidas pelo desenvolvimentismo de 1970/1980 inspiram o resgate das lições de Karl Polanyi (2000) sobre o caso da Ilha Trobriand na Melanésia Ocidental, onde esse autor compreendeu que a economia pode ser maior do que o mercado e identificou aspectos como a solidariedade e a reciprocidade como suportes da economia praticada fora do mercado.

Na Amazônia, as práticas locais baseavam-se no fato de a biodiversidade ser um recurso fundamental para populações locais desde tempos imemoriais – pautando tecnologias, estratégias de troca e de “produção” de pessoas (HECKENBERGER *et al.*, 2008), onde a gestão dessa biodiversidade era prioritária à acumulação típica do mercado, baseada na lógica da destruição de recursos naturais, para exploração rápida e lucrativa, na atração de novos trabalhadores para as frentes de trabalho e invisibilização dos camponeses nativos.

Com a chegada dos migrantes (colonos, pioneiros, operários), passaram a coexistir os modos de vida ditos “tradicionais” com outros pautados em uma lógica urbana já difundida em outras cidades brasileiras. A partir do contato entre os diferentes modos de vida surgiram as reexistências (GONÇALVES, 2005) ou novas formas de as populações nativas lidarem com as novas dinâmicas, sem perderem suas práticas tradicionais. Gonçalves (2005) cita os grupos ribeirinhos, quilombolas, indígenas, entre outros, evidenciando a articulação das lutas e permanências desses grupos em face de um contexto que tende a homogeneizar o espaço e as relações. Diga-se de passagem que esse processo não foi exclusivo da Amazônia e que mais de 20 grupos de populações tradicionais compartilham dessa trajetória no país (BRASIL, 2007b).

Nessa perspectiva, destaca-se na Amazônia a figura do caboclo – o camponês amazônico que genericamente representa o indivíduo que resultou da miscigenação entre povos indígenas e portugueses, e tempos depois com os migrantes nordestinos e africanos. Nativo da várzea, o caboclo desenvolveu atividades que interligam os elementos naturais, rio, floresta, solo, tornando-se produtor polivalente (GONÇALVES, 2005). Loureiro (2001) apresenta outra concepção do caboclo, como pessoas originadas da mistura entre índios e brancos que habitam em condição de relativo isolamento e possuem uma alimentação com comidas típicas (como peixe e farinha), compartilham festividades e danças em comum, relacionam-se com o ciclo da natureza (tempo de colher, tempo de pescar). Todas essas características conferem ao caboclo uma condição cultural própria, que não foi valorizada na nova fase de integração da Amazônia.

O êxodo do caboclo para a cidade transferiu para ela seus traços culturais e conhecimentos ligados ao manejo da biodiversidade. Entretanto, ao reproduzir na cidade os padrões socioespaciais habituais, o caboclo foi estigmatizado como ignorante, atrasado, incapaz, preguiçoso, primitivo. Esse simbolismo fez com que o modo de vida reproduzido nas comunidades integradas por indivíduos que dependem do manejo da biodiversidade fosse desconsiderado e excluído de políticas públicas urbanas (LOUREIRO, 2001) e resultou na oferta de políticas limitadas a um determinado perfil de população, tomado como hegemônico no país.

Apesar da trajetória de sucessivas colonizações, sempre existiram fortes sinais de resistência dos padrões caboclos de ocupação do território urbano, pautados pela interdependência entre pessoas e natureza (rios, biodiversidade, vegetação e solos), extrapolando a dicotomia clássica entre urbano e rural que regeu outras regiões durante o século XX. Segundo Fischer (2017), mesmo na Belém cosmopolita do século XIX, era comum a concessão de terras urbanas (inseridas na língua patrimonial da cidade) para fins considerados rurais (sítios e fazendas), que tiveram um protagonismo no atendimento das necessidades de produção de alimentos na cidade até os anos 1950. Até então, a preservação de massas vegetais e cursos d’água

nas áreas periurbanas ou nos interstícios entre assentamentos humanos (cidade, vilas e comunidades) atendia a múltiplas necessidades da população que chegava do interior (habitação, sustento, lazer etc.) e mantinha a conexão com o histórico de dispersão ancestral.

O resultado da mistura entre as formas antigas de ocupação e as novas formas implantadas a partir da “integração” da Amazônia foi uma sobreposição que julgava possível a rápida transferência para a região de um modo de viver e produzir típico dos grandes centros urbanos. A valorização da terra e o descolamento entre capacitação e a expectativa do mercado de trabalho com composição orgânica cada vez menos dependente de mão de obra criou uma série de pontos cegos nessa superposição, com a exclusão de grupos que praticavam agricultura e extrativismo e dependiam de áreas verdes e/ou proximidade com rios não poluídos para sua subsistência. A esse respeito, Gonçalves (2005) destaca que, ainda que para o Brasil o termo Amazônia seja singular, para os seus habitantes é plural e engloba múltiplas vivências tanto no meio rural quanto no urbano.

Em meio a esses processos socioeconômicos, ambientais e culturais, a integração produtiva ampliou o alcance de políticas federais na Amazônia Ocidental. No caso das cidades, houve maior difusão das políticas urbanas clássicas (transporte, habitação, saneamento e regularização fundiária), na medida em que o fluxo migratório direcionado para assentamentos rurais demandou também suporte de pequenas cidades e mais tarde, com a crise econômica dos anos 1970 e 1980, foi direcionado para Belém e para as cidades médias (TRINDADE JR., 1998; SPOSITO; SPOSITO; SOBARZO, 2006). O influxo migratório intenso modificou a composição da população, levou a um crescimento urbano acelerado, não acompanhado por oportunidades de trabalho para nativos e migrantes, que no decorrer de duas gerações sofreram um distanciamento da natureza. Diante dessa alienação, os padrões espaciais de expansão urbana alternaram entre a ocupação informal, semelhante à observada em outras metrópoles do país, e as práticas formais (oficiais ou privadas), cada qual, a sua maneira, com grande poder de degradação (CARDOSO; MIRANDA; ROCHA, 2016).

Em Belém, paradoxalmente, a ação do setor público na produção habitacional para trabalhadores assalariados nos anos 1970 resultou no desalojamento de comunidades nativas (PARACAMPO, 1992), tornou o mercado de terras mais excludente e levou à intensa contaminação de rios por esgotos não tratados, comprometendo a sobrevivência de grupos que dependiam da biodiversidade na cidade (MIRANDA; CARDOSO, 2016). Essas práticas foram absorvidas pela ação do setor privado, e, desde os anos 1990, empreendimentos imobiliários, mesmo quando de alto padrão, reproduziram a degradação ambiental (CARDOSO; MIRANDA; ROCHA, 2016). A crença de que a natureza é passiva e abundante e o desconhecimento de que houve constante ação humana (de populações nativas) no seu manejo levaram à absorção de práticas importadas de outros contextos socioambientais, inadequadas e insuficientes, para as condições socioambientais locais. Nesse contexto, a exclusão passou a ser produzida pela falta de acesso à terra urbanizada e ao trabalho formal em um extremo, e pelo desaparecimento de espaços que permitissem o manejo da biodiversidade (áreas alagáveis, áreas periurbanas) no outro.

As mudanças ocorridas regionalmente negligenciaram, em grande medida, o que acontecia dentro das cidades, transformadas em espaços de múltiplas vivências. O rápido crescimento urbano não foi acompanhado por pleno acesso a emprego por nativos e migrantes, o que culminou na reprodução de informalidade e precariedade socioespacial, com aumento da pobreza, ocupação de áreas ambientalmente frágeis, progressivamente adensadas e degradadas. Maricato (2001) aponta que o acesso desigual à terra e a concentração de renda resultam em ocupação precária de áreas ambientalmente frágeis e em vulnerabilidade física, social e econômica da população excluída do mercado de terras, ainda que absorvida pelo mercado informal de trabalho. Na Amazônia, esse processo gerou rápida expansão de mancha urbana, desmatamento, poluição de rios urbanos, erosão e assoreamento de grandes rios, e resultou no desmemoriamento (alienação) da população, que assimilou rapidamente

os valores exógenos de produção e consumo. Nesse panorama, destaca-se que a RMB é a região metropolitana brasileira com maior quantidade de domicílios em áreas de assentamento precário. Segundo o Censo (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010a), a RMB apresentava 53,9% de sua população vivendo em aglomerados urbanos subnormais e 52,5% dos domicílios particulares ocupados estavam localizados nessas áreas.

O QUE REALMENTE IMPORTA?

Neste texto, o foco em áreas onde há práticas de usos rurais na cidade advém da hipótese de que suas populações tendem a cumprir funções sociais e ambientais, que são negligenciadas pelos setores público e privado, cuja ação é orientada majoritariamente pelas determinações do mercado, pela técnica e pelo binário público-privado. Segundo Tonucci Filho (2017), os processos socioespaciais reais ajudam a revelar injustiças que só poderão ser resolvidas quando houver algum grau de subordinação dos interesses tanto do mercado quanto do setor público ao interesse comum, como “vacina” para a despolarização da apropriação privada de bens comuns (terra, ar, água) e invisibilização de seus impactos socioambientais. No caso da RMB, estes últimos são justificados pela lucratividade auferida por acumulação primitiva – obtida quando há conversão de uso da terra de rural em urbana, combinada com a associação entre setor imobiliário e capital financeiro (ROLNIK, 2015).

Sob tais determinações, quaisquer áreas ainda não urbanizadas só podem existir enquanto se constituem em reservas de valor, sem que importe a falta de articulação sistêmica entre escalas de decisão (global, regional e local) ou as assimetrias históricas entre grupos sociais (SWYNGEDOUW, 2011). Enquanto isso, o acesso aos recursos naturais tende a ser resignificado como acesso a uma natureza idealizada e disciplinada (o parque, o clube, o jardim, a praia), cada vez mais mediado pela renda diante da crescente privatização da cidade neoliberal, o que exclui definitivamente milhares de indivíduos que contam com saber acumulado sobre como manejar a biodiversidade na região e poderiam ter um papel-chave na ampliação da luta pelo direito à cidade, articulando o acesso ao urbano e o acesso a recursos naturais na cidade (HORN; CARDOSO; ALENÇON, 2018), mas que prosseguem sub-representados em todas as políticas públicas.

No contexto amazônico, a presença de água e vegetação oferece ganhos para toda a coletividade urbana, como o controle do microclima, a absorção de água de chuvas, a prevenção de inundações e desestruturação do solo que são potencializados pela manutenção de interstícios verdes ou corredores de biodiversidade (MOREIRA, 2018). Embora não haja consenso sobre o processo de mudanças climáticas, há consenso sobre a intensificação de eventos extremos no planeta, os quais têm afetado de forma mais grave as populações mais vulneráveis (BUENO, 2013), e em Belém as populações mais vulneráveis são justamente aquelas que passaram a ocupar áreas alagáveis mantidas fora do mercado, em um primeiro momento oriundas do interior do estado e mais recentemente compostas por comunidades que migram dentro da RMB mediante avanço da mancha urbana (MIRANDA, 2018).

A partir desse posicionamento teórico, os quatro casos investigados foram enquadrados nas metas da Agenda 2030, reconhecida como um esforço de pactuação entre os diversos setores da população global (ver Quadro 1) para objetivar outros potenciais possíveis. Os quatro casos são: a Ilha do Combu, localizada em APA (Área de Proteção Ambiental) preservada de Belém; a comunidade do Cajueiro localizada na porção já urbanizada da Ilha de Mosqueiro, em Belém; a Comunidade Quilombola de Abacatal, localizada em área periurbana de Ananindeua, estabelecida desde o século XVII; e a Associação de Produtores da Terra Firme (APTF), remanejada de uma área de várzea de Belém para terras da Central de Abastecimento do Estado do Pará (Ceasa).

A ONU reconheceu a necessidade de equilíbrio entre aspectos sociais, ambientais e econômicos desde a publicação em 1987, do relatório *Nosso Futuro Comum*, que difundiu a expressão desenvolvimento sustentável; a partir daí a ONU tem procurado operacionalizar esse propósito por meio de um conjunto de iniciativas, em 1992 apresentou um conjunto de propostas de ações para a implantação do desenvolvimento sustentável na Conferência Rio 92 - a Agenda 21, no ano 2000, apresentou parâmetros quantitativos e metas para os países nos oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, com foco na erradicação da pobreza, e redução de desigualdades; em 2012, o Relatório *O Futuro que Queremos*, gerado na Conferência Rio+20, propôs metas ainda mais específicas para o desenvolvimento sustentável do planeta; em 2015, a ONU editou o documento *Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*, com dezessete objetivos, subdivididos em 169 metas para estimular quatro aspectos: planeta, prosperidade, paz e parcerias.

A agenda 2030 avançou no sentido de propor a busca de ações contra as mudanças globais do clima, apoiar a agricultura sustentável e provisão de direitos básicos como saneamento, além do apoio ao trabalho e crescimento econômico, indústria, inovação e infraestruturas, e do foco dos documentos anteriores na erradicação da pobreza, educação inclusiva, igualdade de gênero, saúde, e busca de soluções ambientalmente adequadas e de novos formatos de parcerias.

Quadro 1: Ações da ONU de 1987 a 2030.

Fonte: Plataforma Agenda 2030. Disponível em: <http://www.agenda2030.com.br/sobre>. Acesso em: 10 nov. 2018.

Os territórios das comunidades estudadas estão sob constante pressão por conversão de uso. A Figura 1 localiza as comunidades e mostra a proximidade do Combu em relação ao centro de Belém, que, somado à facilidade de acesso fluvial, tornou a ilha um local turístico para moradores da parte continental, com a instalação de restaurantes. A ilha é vista como um espaço de lazer e como espaço para expansão urbana pela elite continental, sem atentar para as funções sociais e ambientais que desempenha. No caso do Abacatal, a própria prefeitura pretende designar a área como de expansão urbana, e há planejamento para a construção de uma rodovia atravessando a comunidade, enquanto os conjuntos habitacionais do Programa Minha Casa Minha Vida no entorno poluem o rio com esgoto. No Cajueiro, o adensamento e a supressão vegetal progressivos eliminam espaços verdes usados para sociabilidade e extrativismo, o adensamento ocorre para fim residencial e comercial, já que um supermercado instalou trapiche e galpão de apoio à pesca industrial dentro da comunidade, aproveitando-se da informalidade. Por fim, em 1980, a APTF foi retirada de área de várzea que cultivava na estação seca, e essa área foi ocupada por migrantes para fins habitacionais em período de cheia e remanejada para as terras da Ceasa, com concessão de terra para plantio, sem local para moradia.



Figura 1: Mancha urbana conurbada, áreas vegetadas e aglomerados subnormais na RMB. Fonte: Ministério das Relações Exteriores (1936), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010b), Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (2013), Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará (2012) e Geo Catálogo do Ministério do Meio Ambiente (2015). Mapa elaborado pelas autoras.

Conforme o exposto no Quadro 2, observou-se que, dos 17 objetivos propostos, pelo menos nove são contemplados pelas comunidades, e, com apoio e regulação favorável, há potencial de avanço em outros. Há atendimento por parte das quatro comunidades dos objetivos 1, 2, 3, 4, 8, 11, 12 e 15, a saber: erradicação da pobreza, fome zero e agricultura sustentável, boa saúde e bem-estar, educação de qualidade, trabalho decente com crescimento econômico, consumo e produção responsáveis, e vida terrestre. As comunidades das ilhas (Combu e Cajueiro) também atendem ao objetivo 14, vida na água, diante de seu suporte à preservação da vida nos rios. O critério para superação da pobreza é atendido fora do mercado, no âmbito da economia popular, com práticas extrativistas de coleta (Combu), pesca (Combu, Cajueiro) e agricultura (Abacatal, APTF).

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	ILHA DO COMBU	COMUNIDADE DO CAJUEIRO	COMUNIDADE QUILOMBOLA DE ABACATAL	ASSOC. DE PRODUTORES DA TERRA FIRME (APTF)
1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA	✓	✓	✓	✓
2 FOME ZERO	✓	✓	✓	✓
3 BOA SAÚDE E BEM-ESTAR	✓	✓	✓	✓
4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE	✓	✓	✓	✓
5 IGUALDADE DE GÊNERO				
6 ÁGUA LIMPA E SANEAMENTO				
7 ENERGIA ACESSÍVEL E LIMPA				
8 EMPREGO DIGNO E CRESCIMENTO ECONÔMICO	✓	✓	✓	✓
9 INDÚSTRIA INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA				
10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES				
11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS	✓	✓	✓	✓
12 CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS	✓	✓	✓	✓
13 COMBATES ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS				
14 VIDA DEBAIXO D'ÁGUA	✓	✓		
15 VIDA SOBRE A TERRA	✓	✓	✓	✓
16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES FORTES				
17 PARCERIAS EM PROL DAS METAS				

Quadro 2: Verificação do atendimento dos objetivos da Agenda 2030 pelas comunidades estudadas.
Fonte: Elaborado pelas autoras.

Todas as comunidades asseguram condições de reprodução da vida por meio de práticas ligadas ao ambiente natural. Na Ilha do Combu, uma das 39 ilhas de Belém, o extrativismo de coleta do açaí é atividade econômica predominante para subsistência e venda de eventual excedente, garantindo boa alimentação e qualidade de vida. Na comunidade do cajueiro, a pesca artesanal garante renda e boas condições de alimentação à população local. A Comunidade Quilombola de Abacatal possui diversas atividades econômicas como fruticultura, piscicultura, artesanato, extrativismo, produção de carvão e de derivados da mandioca (farinha d'água, farinha de tapioca, goma e tucupi), para consumo das famílias e venda do excedente na feira do produtor, organizada pelos próprios comunitários na feira de Ananindeua. A APTF vende hortaliças diretamente na Ceasa-PA.

Quanto aos objetivos 3, 4 e 11, a saber: saúde e bem-estar, educação de qualidade e cidades e comunidades sustentáveis, todas as comunidades têm acesso a serviços de saúde e educação formal até pelo menos o ensino fundamental; no Combu e no Abacatal, o acesso ao ensino médio depende do deslocamento para os centros urbanos, e, nesse contexto, ocorre a ruptura com os valores das comunidades, porque o ensino disponível não contempla conteúdos associados às práticas tradicionais dessas comunidades. Em todos os casos, há baixa densidade populacional, porque o espaço ocupado com moradia é uma pequena fração do território necessário para o suporte de todas as atividades das comunidades. No Combu, a moradia é distribuída na margem do rio, enquanto no Abacatal as famílias vivem ao longo da estrada de

acesso com barreiras de vegetação criando a privacidade necessária. Em todas as comunidades estudadas, as práticas de lazer são diretamente ligadas à natureza, e o rio é ponto de encontro e lazer de todas as faixas etárias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As dinâmicas territoriais na Amazônia têm seguido determinações de mercado e reproduzido os processos de exclusão típicos da urbanização capitalista. Nas cidades, o crescimento acelerado e improvisado tem transformado soluções vernáculas em assentamentos informais ordinários e reduzido a presença de rios e vegetação na cidade, com implicações sociais e ambientais importantes. Embora os dados oficiais não capturem os nuances da informalidade, a pesquisa de campo revela que as comunidades que conseguem manter o vínculo com recursos naturais no ambiente metropolitano experimentam condições de vida não sujeitas a risco físico, vulnerabilidade à fome e privação, e acessam serviços de saúde e educação. Contudo, há riscos de desestruturação dessas comunidades por pressões externas, em face de disputa pela terra para urbanização. Esse movimento ocorre a partir da intervenção de órgãos públicos e do setor imobiliário, assim como da ação de agentes nas comunidades (mudança de uso e adensamento). Esse fenômeno resulta na perda de biodiversidade e de serviços ambientais, no aumento de emissões de CO² na produção de alimento, na maior vulnerabilidade dessas populações e no agravamento de problemas sociais.

Este cotejamento pretende destacar que o processo de expansão urbana desenfreada é uma questão ambiental e social que precisa ser devidamente contestada como um problema político, de assimetria e exclusão da cidade daqueles que já foram excluídos do campo. O apoio a essas comunidades na RMB seria um valioso laboratório para o desenvolvimento de soluções urbanas compatíveis com o bioma amazônico a serem replicadas em outros centros da região. Esse apoio viria do fortalecimento de uma agenda educacional, de inovação tecnológica, do reconhecimento da sociobiodiversidade como condição de cidadania e especialmente da criação de institucionalidades que assumissem essas áreas como parte de corredores de biodiversidade, terra e água, a serem preservados e manejados para o máximo bem comum, acima das imposições da propriedade privada.

REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, H. *A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.
- BECKER, B. *A urbe amazônida*. São Paulo: Garamond, 2013.
- BONDUKI, N. *Origens da habitação social no Brasil: a arquitetura moderna, Lei do Inquilinato e difusão da casa própria*. São Paulo: Estação Liberdade, 2004.
- BONILHA, P. (ed.). *Periurbanos: contribuições para a política de desenvolvimento urbano no Brasil*. Belém: Fase, 2011.
- BRASIL. Lei n. 5.727, de 4 de novembro de 1971. Institui o I Plano Nacional de Desenvolvimento. Brasília, DF, 1971.
- BRASIL. *II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979)*. Brasília: Imprensa Oficial, 1974.

- BRASIL. Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Brasília, DF, 2001.
- BRASIL. *Plano diretor participativo*: guia para elaboração pelos municípios e cidadãos. Brasília: Ministério das Cidades, 2004.
- BRASIL. Decreto n. 5.790, de 25 de maio de 2006. Dispõe sobre a composição, estruturação, competências e funcionamento do Conselho das Cidades – Concidades, e dá outras providências. Brasília, DF, 2006.
- BRASIL. Lei n. 11.445, de 5 de janeiro de 2007. Estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico. Brasília, DF, 2007a.
- BRASIL. Decreto n. 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília, DF, 2007b.
- BRASIL. Lei n. 11.977, de 7 de julho de 2009. Dispõe sobre o Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas. Brasília, DF, 2009.
- BRASIL. Lei n. 12.587, de 3 de janeiro de 2012. Institui diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana. Brasília, DF, 2012.
- BRASIL. Lei n. 13.465, de 11 de julho de 2017. Dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentamentos da reforma agrária e sobre a regularização fundiária do âmbito da Amazônia Legal. Brasília, DF, 2017.
- BUENO, L. A adaptação da cidade às mudanças climáticas: uma agenda de pesquisa e uma agenda política. In: OJIMA, R.; MARANDOLA, E. *Mudanças climáticas e as cidades*: novos e antigos debates na busca da sustentabilidade urbana e social. São Paulo: Blucher, 2013. v. 1, p. 23-56.
- CANO, W. *Ensaio sobre a formação econômica regional do Brasil*. Campinas: Editora Unicamp, 2002.
- CARDOSO, A. C.; MIRANDA, T. O caráter seletivo da degradação ambiental na área de expansão de Belém (PA). In: SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE URBANIZAÇÃO DE FAVELAS – URBFAVELAS, 2., 2016, Rio de Janeiro. *Anais [...]*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2016. p. 1-11.
- CARDOSO, A. C.; MIRANDA, T.; ROCHA, P. Da degradação à elitização: processos de exclusão social e ambiental em Belém. *Revista Terceira Margem Amazônia*, v. 2, p. 139-166, 2016.
- CASTRO, V. *et al.* Os vazanteiros, a agricultura de vazante e as barragens da destruição no Médio Rio Tocantins: perspectivas etnoecológicas. *Estudos Sociedade e Agricultura*, v. 26, p. 65-102, 2018.
- CORRÊA, R. A periodização da rede urbana da Amazônia. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 3, p. 39-68, jul./set. 1987.

- COSTA, F. A. *Formação rural extrativista na Amazônia: os desafios do desenvolvimento capitalista (1720-1970)*. Belém: Naea, 2012.
- DARDOT, P.; LAVAL, C. *Comum: um ensaio sobre a revolução no século XXI*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017.
- DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES. *Rodovias do Brasil*. Brasília, 2013. Disponível em: <http://www.dnit.gov.br/mapas-multimodais/shapefiles>. Acesso em: 23 maio 2018.
- FISCHER, L. *Análise dos aforamentos municipais concedidos entre 1815 e 1930*. São Paulo: Acquerelo, 2017.
- GEO CATÁLOGO DO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Imagem RapidEye. Brasília, 2015. Disponível em: <http://geocatalogo.mma.gov.br/>. Acesso em: 20 jun. 2016.
- GONÇALVES, C. W. *Amazônia, Amazônias*. São Paulo: Contexto, 2005.
- HECKENBERGER, M. J. *et al.* Pre-Columbian urbanism, anthropogenic landscapes, and the future of the Amazon. *Science*, v. 321, n. 5893, p. 1214–1217, 2008.
- HORN, P.; CARDOSO, A. C.; ALENÇON, P. A. Introduction. In: HORN, P.; CARDOSO, A. C.; ALENÇON, P. A. *Emerging urban spaces: a planetary perspective*. Cham: Springer, 2018.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Regiões de influência das cidades 2007*. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. 201 p. 1 CD-ROM.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo 2010. 2010a. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em: 20 out. 2018.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Aglomerados subnormais. 2010b. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geocienciasnovoportal/organizacao-do-territorio/tipologias-do-territorio/15788-aglomerados-subnormais.html?=&t=downloads>. Acesso em: 23 maio 2018.
- INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL DO PARÁ. *Malha viária da região metropolitana de Belém (RMB)*. Belém: Idesp, 2012. CD ROM.
- LOUREIRO, J. J. *Obras reunidas – cultura amazônica: uma poética do imaginário*. São Paulo: Escrituras, 2001.
- LOUREIRO, V. *Amazônia: estado, homem, natureza*. 3. ed. Belém: Cultural Brasil, 2014.
- MARICATO, E. *Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2001. v. 1.
- MARQUES, E. *et al.* (coord.). *Assentamentos precários no Brasil urbano*. Brasília: Cebrap, Ministério das Cidades, 2007.
- MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Traçado 1ª Léguas Patrimoniais*. Belém: Comissão Demarcadora de Limites, 1936.

- MIRANDA, T. *Interfaces do verde metropolitano: estudo para a criação do sistema de áreas verdes para a região metropolitana de Belém*. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.
- MIRANDA, T.; CARDOSO, A. C. *Compreendendo o espaço público da área de expansão de Belém a partir de cartografias e análises morfológicas*. Belém: UFPA, 2016. Relatório final de Pibic/FAU.
- MONTE-MÓR, R. L. Urbanização, sustentabilidade, desenvolvimento: complexidades e diversidades contemporâneas na produção do espaço urbano. *In: COSTA, G. M.; COSTA, H.; MONTE-MÓR, R. L. Teorias e práticas urbanas: condições para a sociedade urbana*. Belo Horizonte: C/Arte, 2015.
- MOREIRA, F. *Análise socioambiental do município de Belém, Pará: elementos para uma sustentabilidade urbana*. 2018. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. ONU, 2015. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>. Acesso em: 1º nov. 2018.
- PARACAMPO, M. V. *Cidad(e)ania e Direito de morar: a prática das ocupações coletivas e o movimento de posseiros da área de Jaderlândia, Ananindeua, PA*. 1992. Dissertação (Mestrado Planejamento e Desenvolvimento) – Núcleo de Altos Estudos da Amazônia, Belém, 1992.
- POLANYI, K. *A grande transformação*. 2. ed. Lisboa: Edições 70, 2000.
- ROLNIK, R. *Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças*. São Paulo: Boitempo, 2015.
- SANTOS, M. A especificidade do espaço nos países subdesenvolvidos. *In: SANTOS, M. O trabalho do geógrafo no Terceiro Mundo*. São Paulo: Edusp, 2013.
- SOUZA, J. G. *et al.* Pre-Columbian earth-builders settled along the entire southern rim of the Amazon. *Nature Communications*, v. 9, n. 1125, p. 1-10, 2018.
- SPOSITO, E. S.; SPOSITO, M. E. B.; SOBARZO, O. A. *Cidades médias: produção do espaço urbano e regional*. São Paulo: Expressão Popular, 2006. v. 1.
- SWYNGEDOUW, E. ¡La naturaleza no existe! La sostenibilidad como síntoma de una planificación despolitizada. *Urban*, NS01, p. 41-66, 2011.
- TONUCCI FILHO, J. B. M. *Comum urbano: a cidade além do público e do privado*. 2017. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.
- TRINDADE JR., S. *A cidade dispersa: os novos espaços de assentamentos em Belém e a reestruturação metropolitana*. 1998. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.
- VILLAÇA, F. Efeitos do espaço sobre o social na metrópole brasileira. *In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR*, 7. 1997, Recife. *Anais [...]*. Recife: Anpur, 1997. p. 1375 - 1385.